

doi.org/10.51891/rease.v10i9.15807

PSICOMOTRICIDADE E DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UMA PERSPECTIVA INTEGRADORA NA EDUCAÇÃO

PSYCHOMOTRICITY AND HEARING IMPAIRMENT: AN INTEGRATIVE PERSPECTIVE IN EDUCATION

PSICOMOTRICIDAD Y DEFICIENCIA AUDITIVA: UNA PERSPECTIVA INTEGRADORA EN LA EDUCACIÓN

> Lucélia Lira Moura Teixeira¹ Vilma Ribeiro de Almeida² Renata Gaspar da Costa³ Osvaldo Antonio Ribeiro Junior⁴ Fábia Maceno Ribeiro⁵

RESUMO: A educação de crianças com perda auditiva é um desafio que ainda afeta diretamente a sociedade, especialmente quando se trata dos direitos dos portadores de necessidades especiais, como os surdos. Essas crianças precisam ter acesso a recursos essenciais como educação, saúde, trabalho, lazer e demais aspectos que garantam seu pleno desenvolvimento e convívio em sociedade. Um diagnóstico tardio dessa deficiência pode prejudicar severamente o desenvolvimento infantil, especialmente no âmbito educacional, onde ao longo da história, muitos surdos foram julgados como incapazes de realizar atividades consideradas comuns para pessoas sem deficiência. Diante dessa realidade, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento do aprendizado de estudantes surdos, explorando a psicomotricidade como uma alternativa para nortear esse processo. A psicomotricidade é apresentada como uma ferramenta que facilita o ensino-aprendizagem ao integrar o movimento e o brincar, ajudando a criança a conhecer melhor seu corpo, suas limitações e potencialidades. Para alcançar esse objetivo, será realizada uma análise bibliográfica com base em estudos existentes sobre a aplicação da psicomotricidade na educação de crianças com deficiência auditiva. A psicomotricidade, ao focar no movimento, possibilita uma abordagem pedagógica inclusiva e diferenciada, promovendo o desenvolvimento cognitivo e social desses alunos.

Palavras-chave: Perda auditiva. Psicomotricidade. Aprendizagem.

^{&#}x27;Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática, Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI.

²Mestre em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GO.

³Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

⁴Mestre em Matemática, Universidade Federal do Tocantins - UFT.

⁵Especialista em Gestão Pública, Faculdade Suldamérica.



ABSTRACT: The education of children with hearing loss is a challenge that still directly affects society, especially regarding the rights of individuals with special needs, such as the deaf. These children need access to essential resources like education, healthcare, employment, leisure, and other aspects that ensure their full development and social integration. A late diagnosis of this deficiency can severely hinder child development, particularly in the educational sphere, where historically, many deaf individuals have been judged incapable of performing activities considered common for people without disabilities. In light of this reality, the present article aims to analyze the learning development of deaf students, exploring psychomotricity as an alternative to guide this process. Psychomotricity is presented as a tool that facilitates teaching and learning by integrating movement and play, helping the child to better understand their body, limitations, and potentialities. To achieve this objective, a bibliographic analysis will be conducted based on existing studies on the application of psychomotricity in the education of children with hearing impairments. By focusing on movement, psychomotricity enables an inclusive and differentiated pedagogical approach, promoting the cognitive and social development of these students.

Keywords: Hearing loss. Psychomotricity. Learning.

RESUMEN: La educación de niños con pérdida auditiva es un desafío que aún afecta directamente a la sociedad, especialmente cuando se trata de los derechos de las personas con necesidades especiales, como los sordos. Estos niños necesitan tener acceso a recursos esenciales como educación, salud, trabajo, ocio y demás aspectos que garanticen su pleno desarrollo y convivencia en sociedad. Un diagnóstico tardío de esta deficiencia puede perjudicar severamente el desarrollo infantil, especialmente en el ámbito educativo, donde a lo largo de la historia, muchos sordos han sido juzgados como incapaces de realizar actividades consideradas comunes para personas sin discapacidad. Frente a esta realidad, el presente artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo del aprendizaje de estudiantes sordos, explorando la psicomotricidad como una alternativa para guiar este proceso. La psicomotricidad se presenta como una herramienta que facilita la enseñanza-aprendizaje al integrar el movimiento y el juego, ayudando al niño a conocer mejor su cuerpo, sus limitaciones y potencialidades. Para alcanzar este objetivo, se realizará un análisis bibliográfico basado en estudios existentes sobre la aplicación de la psicomotricidad en la educación de niños con discapacidad auditiva. La psicomotricidad, al centrarse en el movimiento, posibilita un enfoque pedagógico inclusivo y diferenciado, promoviendo el desarrollo cognitivo y social de estos alumnos.

Palabras clave: Pérdida auditiva. Psicomotricidad. Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

As alterações na função auditiva podem impactar a percepção do ambiente e toda a construção psicológica de uma criança, uma vez que a linguagem e o pensamento verbal são afetados, prejudicando sua integração social. Nesse contexto, a psicomotricidade oferece uma



abordagem diferenciada, pois vê nos movimentos e nas brincadeiras uma maneira de inserir a criança no ambiente escolar de forma natural.

O aprendizado de crianças com deficiência auditiva requer uma atenção especial, já que um de seus sentidos está comprometido. No entanto, isso não significa que elas não possam participar das atividades educacionais junto com as demais crianças. Embora a linguagem seja uma das formas de comunicação entre as pessoas e dependa da audição, isso não impede que essas crianças utilizem outros meios para se expressar, sendo o movimento uma forma de comunicação. Nesse contexto, destaca-se novamente o papel da psicomotricidade, que enxerga no movimento corporal uma forma de aprendizado. É por meio de brincadeiras, interações e autoconhecimento que a criança vai superando seus medos e se sentindo cada vez mais integrada ao grupo.

É fundamental identificar a deficiência auditiva precocemente para evitar que as perdas sejam irreparáveis. Considerando que a audição é a base para o aprendizado da linguagem falada, sua deficiência pode impactar o relacionamento da criança com a mãe, os colegas e a sociedade, podendo até gerar problemas psicológicos de interação e, consequentemente, causar um desequilíbrio no desenvolvimento normal do indivíduo. Por isso, é crucial detectar quaisquer sinais de distúrbios nas primeiras semanas após o nascimento.

As pessoas surdas possuem um grau de inteligência semelhante ao das ouvintes, principalmente quando são diagnosticadas e estimuladas desde cedo, com acompanhamento e tratamento. As limitações se restringem à escala de imitação vocal.

Diante dessa realidade, a deficiência auditiva pode afetar o desenvolvimento da aprendizagem da criança e, consequentemente, interferir em sua convivência social, caso não seja diagnosticada precocemente. Com base nisso, surge o seguinte questionamento: como a psicomotricidade pode influenciar as metodologias de sala de aula, contribuindo para o processo de desenvolvimento e interação de alunos com deficiência auditiva?

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos da psicomotricidade no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças com deficiência auditiva, focando em como o movimento e o brincar podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, visto que a pesquisa busca explorar as características, percepções e implicações da aplicação de



psicomotricidade na educação de crianças com deficiência auditiva, por meio de estudos existentes sobre a temática.

PERDA AUDITIVA: COMO IDENTIFICAR?

Antes de discutir como a psicomotricidade pode ajudar os professores a desenvolver métodos mais eficientes para trabalhar com crianças com perda auditiva e suas particularidades, é fundamental compreender a perda auditiva, suas diversas formas e características. Esse entendimento é essencial para adaptar as práticas pedagógicas às necessidades específicas desses alunos, assegurando um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

A perda auditiva severa ou profunda, na maioria das vezes, é mais fácil de diagnosticar do que a leve ou moderada. É necessário que os familiares e o pediatra fiquem atentos a quaisquer sinais de perturbação desde os primeiros momentos de vida da criança, para evitar problemas irreversíveis na rotina desse indivíduo.

Segundo Redondo e Carvalho (2000), caso o bebê esteja calmo, não reaja virando a cabeça em direção a um som alto, como um trovão, ou continue chorando mesmo após a mãe tentar acalmá-lo com a voz, pode ser motivo de preocupação. A mãe deve conversar sobre isso com o médico da criança, para que ele possa verificar se é preciso encaminhá-la a um especialista.

Um diagnóstico precoce de perda auditiva permite que os pais adquiram um entendimento mais profundo das necessidades da criança, facilitando o processo de apoio e orientação em seu desenvolvimento e adaptação ao mundo ao seu redor.

Conforme Redondo e Carvalho (2000), o ideal seria que a perda auditiva fosse diagnosticada o mais cedo possível. No entanto, na realidade, muitas crianças só recebem atendimento quando iniciam a vida escolar. Esse atraso pode resultar em dificuldades mais acentuadas no desenvolvimento em várias áreas do conhecimento. O diagnóstico precoce permite que a família receba orientações desde o início, garantindo informações adequadas sobre como interagir com a criança e promover um desenvolvimento mais apropriado.

Após o médico diagnosticar a perda auditiva e identificar o grau dessa perda, ele deve encaminhar a criança para tratamento com um fonoaudiólogo, que, dependendo do caso, indicará o uso de um aparelho auditivo.

Em várias situações, a análise médica consegue determinar a causa mais comum da perda de audição, porém nem sempre é viável. Complicações durante a gravidez e o parto,



juntamente com doenças maternas próximas ao nascimento do bebê, podem dificultar a identificação da causa. Assim, em cerca de metade dos casos, a causa da deficiência auditiva é desconhecida. Quando a causa é identificada, geralmente é devido a doenças hereditárias, rubéola materna e meningite (Redondo; Carvalho, 2000).

Qualquer alteração no processo de audição normal constitui uma alteração auditiva. De acordo com Capelli (1998), a audição abrange tanto a capacidade biológica de captar os sons quanto a habilidade de compreendê-los. Esse processo é dividido em dois sistemas distintos: o sistema auditivo periférico, responsável por detectar os sons, e o sistema auditivo central, encarregado da interpretação desses sons.

Por exemplo, se uma pessoa ouve uma conversa em uma língua estrangeira que não conhece, ela pode captar os sons das palavras, mas não as compreender devido à falta de familiaridade com o idioma. Da mesma forma, ao ouvir uma sinfonia, o sistema auditivo central permite distinguir os diferentes instrumentos e reconhecer a melodia, enquanto o sistema auditivo periférico apenas detecta os sons gerais.

A perda auditiva na criança pode ocasionar vários problemas, não apenas no desenvolvimento da linguagem, mas também nos aspectos cognitivos, sociais, emocionais, comunicativos e educacionais. Quanto mais cedo o diagnóstico for realizado, menores serão as perdas para essa criança.

A PERDA AUDITIVA NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

Nos primeiros anos de vida, a criança estará exposta a inúmeros sons e palavras que fazem parte do dia a dia de seu ciclo familiar, fazendo com que, por meio da imitação e repetição, reproduza sons e palavras de maneira espontânea. Nos anos seguintes, ela vai adquirindo maturidade e sendo capaz de formular frases, expor pequenos comentários e interagir com as pessoas à sua volta. Para uma criança com perda auditiva, o desenvolvimento da linguagem estará comprometido de acordo com o tipo e grau da surdez. Sendo assim, quanto mais grave o comprometimento auditivo, menos respostas aos estímulos sonoros e mais prejudicado será seu desenvolvimento linguístico (Capelli et al., 2016).

Para que ocorra o desenvolvimento da linguagem oral, é necessária a integridade do sistema auditivo e seu adequado funcionamento, a maturação do sistema nervoso central, o desenvolvimento cognitivo e a integridade dos órgãos fonoarticulatórios responsáveis pela

produção da fala. Além disso, considera-se importante que, por parte da criança, haja um interesse subjetivo pela linguagem.

Sabe-se que a linguagem é um instrumento social usado em interações que visam a comunicação. As dificuldades de linguagem referem-se a alterações no processo de desenvolvimento da expressão e recepção verbal e escrita. Existe, portanto, a necessidade de identificação precoce dessas alterações para evitar consequências irreversíveis para a criança.

De acordo com os estudos de Oliveira, Penna e Lemos (2015), o desenvolvimento da linguagem está intimamente ligado às habilidades auditivas. A perda auditiva provoca dificuldades no desenvolvimento da linguagem, sendo que a gravidade da deficiência auditiva está associada a maiores desafios na percepção e discriminação da fala, resultando em déficits linguísticos mais pronunciados.

Tão relevantes quanto às questões educacionais do surdo são as questões que envolvem sua convivência com outras pessoas, em especial com familiares próximos. A família tem um grande impacto na forma como uma criança surda se desenvolve e se adapta à sociedade em geral.

As línguas refletem a habilidade única dos humanos para se comunicarem, refletindo as culturas, valores e normas sociais de um grupo específico. Os surdos no Brasil utilizam a Língua Brasileira de Sinais, que é uma língua visual-espacial com todas as características próprias das línguas humanas. É uma língua que é usada em locais específicos pelos surdos, como em associações, pontos de encontro nas cidades, em suas casas e escolas. (Quadros; Schmiedt, 2006).

O texto do Decreto 5.626 (Brasil, 2005) afirma que as instituições de ensino devem assegurar o atendimento diferenciado para estudantes surdos em todas as fases da educação, garantindo o acesso a professor bilíngue, instrutor surdo e intérpretes de Libras. Sendo assim, o atendimento deve ocorrer em escolas bilíngues, conforme especificado no capítulo VI:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. § 10 São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. § 20 Os alunos têm o direito à escolarização em um turno



diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação (Brasil, 2005, n.p)

A partir de agora, percebe-se que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passa a ter o mesmo reconhecimento que o português em documentos oficiais, sendo utilizado como língua de ensino e de acesso ao conhecimento, ao contrário das práticas anteriores que visavam equiparar os surdos aos ouvintes através da imposição do uso do português falado.

A escola torna-se, portanto, um espaço linguístico fundamental, pois muitas vezes é o primeiro espaço onde as crianças surdas são expostas à Língua Brasileira de Sinais. Por meio da linguagem de sinais, a criança adquirirá a linguagem. Isso significa que ela irá conceber um novo mundo usando uma linguagem que é percebida e que ganha significado ao longo do processo. Todo esse processo possibilita a significação por meio da escrita que pode ser na própria língua de sinais, bem como, no português (Quadros; Schmiedt, 2006).

O português ainda é uma língua representada por meio da escrita nos espaços educacionais, e sua aquisição dependerá dessa representação. Embora hoje o uso da escrita faça parte do cotidiano de alguns surdos, por meio de diferentes tipos de produção textual, destacase a comunicação através da tecnologia dos celulares.

Atualmente, as crianças surdas estão começando a aprender a escrever em português seguindo o mesmo modelo de ensino utilizado para crianças ouvintes que aprendem a falar português. Uma criança com deficiência auditiva é exposta à escrita da língua portuguesa para ser ensinada a ler e escrever seguindo o mesmo processo e materiais usados com as crianças ouvintes. Diversas tentativas de ensinar a criança surda a ler e escrever em português foram feitas, desde o emprego de técnicas artificiais para ensinar a linguagem até a utilização da língua de sinais em português (Quadros; Schmiedt, 2006).

Se a língua de sinais for reconhecida e efetivamente aplicada como primeira língua, o ensino do português torna-se mais fácil e acessível para a criança surda, possibilitando o acesso à representação gráfica da língua portuguesa. De acordo com Albres e Neves (2013, p.20)

Para considerar a existência da Libras como língua natural dos surdos e a cultura surda como cultura das pessoas surdas, o bilinguismo - uma abordagem educacional, linguística e cultural - veio defender a competência linguística em duas línguas: a língua de sinais e a língua portuguesa, para que crianças surdas tenham acessibilidade nas escolas, seja a escola de surdos ou a escola inclusiva.

Os surdos têm direito ao acesso à educação bilíngue, bem como ao aprendizado da língua portuguesa como segunda língua. É necessário garantir um ensino de qualidade para que eles não dependam da oralidade.



Conforme discutido por Lacerda (1998), o modelo de educação bilíngue diverge do modelo oralista ao valorizar o uso do canal visogestual como essencial para a aquisição da linguagem por pessoas surdas. Esse modelo também se distingue da comunicação total ao promover a língua de sinais como uma ferramenta educacional importante, assegurando que cada língua envolvida mantenha suas características únicas, sem se misturar com a outra. A proposta é ensinar duas línguas: a língua de sinais, que é mais adequada para os surdos devido à sua natureza visogestual, e a língua da maioria ouvinte, de forma secundária.

De acordo com a visão de Lacerda (1998), a criança surda deve ser exposta à língua de sinais desde cedo, o que permite que ela aprenda a sinalizar rapidamente, assim como as crianças ouvintes aprendem a falar. Por meio da sinalização, a criança desenvolve suas habilidades linguísticas, o que posteriormente facilita a aprendizagem da língua falada do grupo majoritário como segunda língua, configurando um bilinguismo sucessivo. Diferentemente das crianças que aprendem duas línguas auditivo-vocais simultaneamente, devido à influência de pais bilíngues, as crianças surdas aprendem duas línguas utilizando diferentes canais de comunicação.

A educação bilíngue é fundamental para que a criança surda tenha um desenvolvimento cognitivo-linguístico semelhante ao observado na criança ouvinte e consiga conviver de maneira natural. É importante considerar a língua de sinais como a língua natural das pessoas surdas e a língua portuguesa como segunda língua.

A PSICOMOTRICIDADE

As discussões sobre a psicomotricidade ainda são recentes, o que gera dúvidas sobre como ela poderá contribuir para o desenvolvimento das crianças, e, no caso deste estudo, no auxílio às crianças com deficiência auditiva. Inicialmente, a psicomotricidade foi pensada para atender um público com dificuldades motoras, mas seu campo de atuação se ampliou, abrangendo um espectro maior.

Atualmente, o estudo vai além dos problemas motores: ele também investiga as conexões com a lateralidade, a estruturação espacial e a orientação temporal, por um lado, e, por outro, as dificuldades escolares de crianças com inteligência normal e aquelas com retardo mental. Também faz perceber as conexões entre o gesto e a afetividade, por exemplo: uma criança confiante caminha de maneira distinta de uma criança tímida, com ou sem deficiência (Sandri, 2010).



Diante da possibilidade de utilizar a psicomotricidade como recurso para o aprendizado das crianças, educadores têm inserido, cada vez mais, jogos e brincadeiras na rotina diária da vida escolar.

A Psicomotricidade nada mais é que se relacionar através da ação, como meio de tomada de consciência que une o ser corpo, mente, espírito, natureza e sociedade, possibilitando assim a criança especial uma globalização do todo, trabalhando todas as áreas do conhecimento. A Psicomotricidade está associada à afetividade e à personalidade, porque o indivíduo utiliza seu corpo para demonstrar o que sente (Sandri, p. 5. 2010).

A psicomotricidade surge como um meio de educar por meio do movimento, e é através dessa análise que se facilita a compreensão do jeito de ser e agir da criança. Por meio do movimento e do brincar, é mais fácil perceber as necessidades de cada indivíduo e, assim, promover um desenvolvimento eficaz.

Por abordar a interação do ser humano com seu corpo, o ambiente físico e sociocultural em que vive, a Psicomotricidade é explorada e pesquisada em diversos campos científicos, como Neurofisiologia, Psiquiatria, Psicologia e Educação, cada um dando ênfase em suas particularidades (Mello, 1989).

Ainda de acordo com Mello (1989), a psicomotricidade, embora tenha se originado no campo da medicina, não pode ficar restrita apenas ao meio meramente anatômico e mecanicista, por mais que seja importante diagnosticar problemas nas funções nervosas ou até mesmo nas estruturas do aparelho cerebral.

Como afirma Mutschele (1996, p. 32), "o mundo todo é unânime em afirmar que o exercício físico é muito necessário para o desenvolvimento mental, corporal e emocional do ser humano, em especial da criança". Para o deficiente auditivo, participar desses exercícios físicos é sentir-se inserido no grupo. Ele compreenderá os comandos do professor da mesma forma que as outras crianças, desde que lhe sejam ensinados sinais prévios antes das atividades.

A psicomotricidade é definida como a 'educação do homem pelo movimento' (Mutschele, 1996). Esse movimento, coordenado pelo professor, poderá promover transformações na vida social e no aprendizado da criança, preparando-a para se inserir na sociedade sem grandes barreiras, especialmente se ela apresentar algum tipo de necessidade especial, como os alunos com perda auditiva, para os quais os comandos das atividades exigem um pouco mais de atenção.

Quanto à parte mental, se a criança possuir um bom controle motor, poderá explorar o mundo exterior, fazer experiências concretas, adquirir várias noções básicas para o



próprio desenvolvimento da mente, o que permitirá também tomar conhecimento de si mesma e do mundo que a rodeia (Mutschele,1996, p. 33).

Através do movimento, a criança perceberá melhor seu corpo, se relacionará melhor com as outras crianças e terá uma noção mais clara de espaço. "O primeiro objeto que a criança percebe é seu próprio corpo; com ele sente dores, alegrias, sensações visuais, olfativas, auditivas, movimenta-se, enfim. O corpo será seu meio de ação, de relação com o mundo" (Mutschele, 1996, p. 33).

A criança com deficiência auditiva pode apresentar dificuldades de comunicação, e o professor pode ser uma ponte para facilitar a interação dessas crianças com o meio e com as outras, fazendo com que essa aproximação e comunicação surjam de maneira mais natural, de forma que ela se sinta acolhida. Apenas o fato de estar interagindo com os colegas, em brincadeiras que devem ser orientadas e escolhidas de acordo com um objetivo, facilitará o aprendizado e a socialização dessas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de deficientes auditivos precisa ser mais bem estudada e discutida devido à complexidade do tema. A aplicação de metodologias apropriadas em sala de aula é indiscutivelmente importante para beneficiar alunos surdos ou com deficiência auditiva, com o professor desempenhando um papel significativo na construção do conhecimento por meio da interação com o aluno surdo e seus colegas. A psicomotricidade se apresenta como uma alternativa útil para pais e educadores, que encontram no brincar uma maneira eficaz de compreender e se conectar com cada criança.

A educação bilíngue visa proporcionar aos estudantes com perda auditiva um desenvolvimento comparável ao dos alunos ouvintes. Esse método tem mostrado resultados positivos no contexto educacional brasileiro para alunos surdos e, quando combinado com a psicomotricidade, facilita a inclusão dessas crianças nas atividades escolares. Brincar, correr e pular permitem que todas as crianças se expressem plenamente e participem ativamente do ambiente escolar.

É importante destacar que o uso da LIBRAS não deve substituir a língua portuguesa escrita. A articulação entre ambas as línguas é essencial na educação dos alunos surdos, assegurando um aprendizado completo e integrado.





A perda auditiva deve ser vista não como uma deficiência, mas como uma condição natural que não requer cura. Compreender a surdez e suas características permite que os profissionais da educação atendam melhor às necessidades dos estudantes surdos, oferecendo um suporte mais adequado e personalizado. Sugere-se que mais estudos sejam realizados para explorar novas metodologias e estratégias que possam aprimorar ainda mais o ensino e a inclusão de alunos surdos.

REFERÊNCIAS

ALBRES Neiva de Aquino; NEVES Sylvia Lia Grespan (organizadoras). Libras em estudo: política educacional. São Paulo: FENEIS, 2013. 170 p.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**. Regulamenta a Lei n^0 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n^0 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União em 22/12/2005.

CAPELLI, Jane de Carlos Santana, et al. (orgs). A pessoa com deficiência auditiva: Os múltiplos olhares da família, saúde e educação. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cadernos Cedes, [S.I], v. 19, n. 46 p. 68-80, 1998.

MELLO, Alexandre Moraes. Psicomotricidade, Educação e Jogos Infantis. São Paulo: IBRASA, 1989.

MUTSCHELE, Marly Santos. Como desenvolver a psicomotricidade?. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Patrícia Santos; PENNA, Letícia Macedo; LEMOS, Stela Maris Aguiar. Desenvolvimento da linguagem e deficiência auditiva: revisão de literatura. **Revista CEFAC**, [S.I], v. 17, n. 6, p. 2044-2055, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcefac/a/rbPWpdtQYGWrsmcVHkY8MQg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 mar. 2024.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P.. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca. CARVALHO, Josefina Martins. **Deficiência auditiva**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 64 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

SANDRI, Lorena da Silva Lemos. A psicomotricidade e seus benefícios. **Revista de Educação do IDEAU**, [S.I], v. 5, n. 12, p. 1-15, 2010.